

ATA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ESCOLA MAIO/2023 14h18-15h45

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de 2023, reunimos às 14h18 via *meet* para a Reunião Extraordinária do Conselho de Escola gestão fev/2023 a fev/2024. Estavam presentes os conselheiros: Responsáveis: Luciane Santos de Oliveira, Ana Teresa Gotardo, Isabela Nogueira Basílio dos Santos, Alessandra Zanella, Andrea Aurélio Borges, Márcia Jonathas Guimarães Marques, Camila Serra da Costa; Funcionárias: Débora Santana Simas e Fabiana Bezerra Costa Porto Professoras: Fabiana de Godoi Buzzini Moço; Rosimeire de Jesus; Elaine Cristina Barros Barbosa; Gestão: Ana Paula Santiago do Nascimento e Bruna Breda. Também estava presente a coordenadora pedagógica Aline Cerqueira Nunes Mendes. Os itens da pauta eram: INFORMES: 1) Câmara de Proteção de Dados; 2) Festa junina; 3) Situação da APM; 4) Gravações das reuniões de conselho de escola. ORDEM DO DIA: 5) Segurança das crianças na escola. A professora Bruna iniciou a reunião dando informes sobre a **1) Câmara de Proteção de Dados Pessoais** e informou que a Câmara tem reuniões mensais e está organizando e sistematizando o fluxo de dados considerando a proteção dos dados pessoais. A câmara terá um olhar específico para a escola visto que as crianças são todas menores de idade e na lei há regras específicas sobre dados de crianças. Sobre a **2) Festa junina**, ela irá acontecer no dia 24 de junho, das 8h às 14h, inicialmente acontecerá no interior da escola, informou que estamos tentando utilizar a rua, porém por enquanto teríamos que pagar uma taxa de R\$900,00, desta forma, como não é possível pagar essa taxa, a Pró-reitoria de planejamento entrou em contato com a subprefeitura para ver a possibilidade de isenção de taxa e já protocolou um processo de solicitação de isenção. Foi perguntado sobre o estacionamento e a atlética, sobre isso destacou que o estacionamento não é possível pois somente um estacionamento para os funcionários funciona aos sábados e sobre a atlética, destacou que não foi pensado em solicitar por causa de sua dinâmica. A conselheira Ana Teresa informou que o campus São Paulo consegue fechar a rua anualmente e acredita que não tem o pagamento da taxa, nesse sentido sugeriu que a escola entrasse em contato com a responsável no campus para saber quais caminhos o Campus São Paulo utiliza para conseguir a isenção. Sobre a **3) a situação da APM** destacou que foi levantar com a funcionária Gislaine que a informou que nos anos de 2021 e 2022 teve uma tentativa de regularizar a APM e que conseguiram pagar as taxas devidas e ficou com a pendência de encontrar todas as pessoas do último registro regular da APM de 2008 para que pudesse regularizar a APM, esse grupo deveria

realizar uma reunião e fazer uma nova eleição ou encerrar a APM. Foram encontrados quase todos os representantes com exceção de dois, um com contato mas que não haviam feito e uma pessoa sem contato. A conselheira Ana Teresa pediu a palavra e disse que na reunião com a reitora ficou acertado que a reitoria iria procurar as pessoas que faltavam e tentar ajudar na regularização, gostaria de saber se foi formalizado e de que forma. A professora Bruna destacou que não sabe responder pois foi a professora Dilma que enviou os dados. A conselheira Alessandra informou que o pai que está faltando disse que irá tentar conversar com a mãe do aluno para tentar o contato novamente. A professora Bruna destacou que já tivemos muitos problemas com a APM ao longo dos anos, inclusive durante todo o tempo que a mesma se manteve funcionando de forma irregular e que regularizar a APM não está na prioridade da gestão da escola, visto que temos muitas outras demandas que são prioridades. A conselheira Ana Teresa destacou que as gestões da APM devem ser pautadas na legalidade, mas queria deixar claro que a APM trabalha em conjunto com a escola, destacou que para os pais organizar a APM é uma prioridade. A conselheira Ana Paula destacou que particularmente não acredita que a APM seria positiva para a escola. Fez uma reflexão sobre a construção histórica dessa entidade na educação brasileira, a partir da criação do Programa de Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do governo federal (programa de descentralização de recursos financeiros) destacando que a mesma é criada na lógica das políticas de austeridade impostas ao país pelas agências de financiamento internacionais, como o Banco Mundial. Destacou que na escola, desde seu ingresso fez parte da APM como membro e , junto com uma mãe Lidiane, que atualmente é funcionária na reitoria, elaboraram um parecer das contas da entidade e apontaram as irregularidades existentes, como a não declaração do Imposto de renda e a declaração da RAIS negativa anualmente; também apontaram a inexistência de regularização no cartório atualizada de acordo com as gestões da APM. Destacou que após essa análise a APM ficou inativa e o dinheiro que ela possuía ficou guardado na escola, sem utilização; lembrando que foi utilizado, como a Professora Bruna já havia relatado, apenas para a sua regularização na gestão da Professora Andréia R. O. Camargo. Disse ainda que uma eventual regularização da APM traria um gasto mensal de cerca de R\$ 80,00 para o pagamento de taxas do cartório, taxas bancárias e contador; que como não tínhamos uma fonte de receita fixa, como era o caso dos anos anteriores ao de 2019 quando tinham uma doação mensal decorrente de uma atividade que acontecia na praça do hospital que era em torno de R\$ 3.000,00, acredita que tínhamos mais problemas do que soluções com a APM, sendo a única fonte que vislumbra a contribuição voluntária dos pais. a professora Ana Paula

destacou ainda ser contra essa prática que, em sua visão, traz prejuízos pedagógicos aos processos que queremos criar com as crianças. A conselheira Ana Teresa destacou que acha o relato importante, acredita que mesmo sendo uma entidade privada não seria uma entidade privada construída com os donos do capital e que acredita que essa seria uma possibilidade importante de captação de recursos, lembrou que essa seria uma forma legal e regular para essa captação; destacou que entende que a APM trabalharia junto com a escola como parceira nas decisões e projetos; reforçando a necessidade de regularização e funcionamento da APM na escola. Bruna finalizou esse assunto dizendo que assim que a diretora Dilma retornar das férias, irá alinhar com ela e tentar encaminhar e regularizar a APM para finalizarmos essa questão. A conselheira Alessandra se prontificou em ajudar a contactar o pai que falta e a professora Bruna ficou de enviar um email para todos os pais perguntando se alguém que tivesse conhecimento em contabilidade poderia ajudar no assunto. Sobre o informe **4) Gravações das reuniões do Conselho** destacou que só daria um informe e disse que tentou entrar para que fizéssemos a reunião via webcafé mas está esperando a Dilma voltar das férias para ver a possibilidade de gravação. Passamos para a ORDEM DO DIA: **5) Segurança das crianças**, sobre esse ponto a professora Bruna iniciou lembrando de como foi o mês de abril, informou que a universidade criou uma câmara de segurança que participa Dilma e Bruna e que nessa câmara serão criados os protocolos da Unifesp. Destacou que alteramos alguns protocolos internos como por exemplo a proibição das crianças ficarem no espaço Chiquinho, alocação de uma funcionária na porta de vidro durante o horário do meio do dia em que acontece simultaneamente a saída e a entrada das crianças. Informou que tivemos alguns encontros com psicólogos durante a noite, com pouca participação. A conselheira Isabela destacou que acredita que a Unifesp demorou um pouco para dar respostas sobre os acontecimentos em abril; destacou que entende que precisávamos da universidade para que agíssemos; destacou que gostaria de saber sobre a segurança interna na escola referente aos acidentes que aconteceram internamente na escola destacando que sente que tem problemas no que se refere à informação e procedimentos. A professora Bruna iniciou dizendo que temos limitações prediais e que temos ações para mitigar essas questões. Sobre a publicização dos acidentes, destacou que damos sequência com os encaminhamentos com a família que está envolvida no caso, que pode até parecer não transparência, mas é para preservar as crianças. No que se refere aos procedimentos, destacou que fizemos uma reorganização de sala, de rotinas para tentar minimizar os acidentes. Uma das ações foi tentar reorganizar para que as crianças não se encontrem nos espaços. A conselheira Luciane colocou no chat a seguinte

frase: “Na questão estrutural, temos que solicitar projeto de adequação para segurança e acessibilidade com a equipe chefiada pelo sr. André Higa, por exemplo”, a professora Bruna leu a indicação da conselheira e informou que estamos com um processo de adequação da escola no SEI, mas que está em andamento e deu como exemplo as luzes que estão sendo trocadas. A conselheira Isabela destacou que o que acredita que seria necessário que as informações sobre as ações que vão sendo realizadas após acontecimentos como os acidentes, deveriam ser comunicados aos familiares, com total preservação da(s) criança(s) envolvida(s) para que se evitasse comentários e considerações equivocadas que só prejudicam as relações entre escola e famílias. A professora Bruna sugeriu que colocassem no acontece na Paulistinha. A conselheira Ana Teresa sugeriu também a possibilidade de termos um informe fixo no Conselho de Escola sobre as reformas que acontecem na escola. A professora Bruna destacou ainda que os acidentes referidos aconteceram de formas diferentes em locais diferentes o que não caracterizou uma ação pontual em um espaço ou com um grupo específico, reforçou que o que foi feito foi a retomada com os adultos da escola sobre a necessidade das crianças ficarem com atividades em todos os momentos possíveis para minimizar as possibilidades de acidentes. Reforçou a proibição das crianças trazerem celular para a escola como uma ação de segurança, visto que principalmente nos horários de entrada e saída, estavam assistindo vídeos extremamente inapropriados para as crianças coisas que estavam colocando as crianças em risco. A conselheira Andrea sugeriu que tivéssemos um comunicado oficial da escola sempre que ações fossem tomadas a respeito da segurança das crianças. Antes de finalizarmos a reunião a conselheira Alessandra perguntou sobre as contribuições da avaliação institucional e se as pessoas que haviam se disponibilizado em participar seriam chamadas e quando. A conselheira Andréia se prontificou a ajudar o grupo. A professora Bruna disse que assim que acabasse o período de contribuições a escola enviará o e-mail. Ficou também de reforçar o e-mail para as famílias e funcionários contribuírem com essa importante ação de construção do Plano. Destacou também que o link para a solicitação de pautas para o conselho permaneceria aberto para contribuições dos representantes. Como encaminhamentos desta reunião tivemos: 1) encaminhar com a Diretora, assim que a mesma retornar de férias as ações para a regularização da APM com a ajuda da conselheira Alessandra que irá entrar em contato com a mãe da criança, cujo o pai era membro da APM e está faltando o contato; 2) elaborar um informativo sobre as ações da escola a respeito das ações para segurança das crianças; e 3) manter aberto o link para

sugestão de pautas para o conselho de escola. Sem mais a ser discutido, encerrou-se a reunião.